

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

EVOLUÇÃO HISTÓRICA, AUTONOMIA, FONTES, INTEGRAÇÃO E EFICÁCIA	47
1. Evolução Histórica	47
2. Autonomia do Direito Processual do Trabalho	49
3. Fontes	49
3.1. Constituição Federal	50
3.1.1. Direito Processual Constitucional e Direito Constitucional Processual	50
3.2. Tratados internacionais	51
3.3. Lei complementar e lei ordinária	52
3.4. Princípios	52
3.5. Regimentos internos dos tribunais	52
3.6. Usos e costumes	53
3.7. Precedentes judiciais e súmulas dos tribunais	53
4. Integração	54
4.1. Aplicação do Código de Processo Civil	56
4.2. Espécies de lacunas	58
5. Eficácia da Norma Processual no Tempo e no Espaço	58
5.1. Eficácia no tempo	58
5.1.1. Eficácia temporal da Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista)	61
5.1.1.1. Honorários Periciais	63
5.1.1.2. Honorários Advocatícios	64
5.1.1.2.1. Honorários advocatícios na substituição processual	68
5.1.1.3. Recursos	71
5.2. Eficácia no espaço	72
6. Interpretação	73

CAPÍTULO 2

PRINCÍPIOS	75
1. Introdução	75
2. Princípios Constitucionais do Processo	75
2.1. Devido processo legal	75
2.2. Princípio do juiz natural	77
2.3. Princípio da igualdade processual	77
2.4. Princípio da inafastabilidade da jurisdição	78
2.5. Princípio do contraditório e da ampla defesa	79
2.6. Princípio da motivação das decisões judiciais	81
2.7. Princípio da publicidade	82
2.7.1. Lei Geral de Proteção de Dados	83

2.8.	Princípio da duração razoável do processo	84
3.	Princípios do Código de Processo Civil	85
3.1.	Princípio da primazia da decisão de mérito	86
3.2.	Princípio da cooperação	87
3.3.	Princípio da boa-fé	89
4.	Outros Princípios Processuais	90
4.1.	Princípio dispositivo	90
4.2.	Princípio inquisitivo	91
4.3.	Princípio do duplo grau de jurisdição	91
4.4.	Princípio da instrumentalidade das formas	92
4.5.	Princípio da preclusão	92
5.	Princípios do Processo do Trabalho	93
5.1.	Princípio da proteção	93
5.2.	Princípio da conciliação	94
5.3.	Princípio do jus postulandi	96
5.4.	Princípio da oralidade	98
5.5.	Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	99
5.6.	Princípio da extrapetição	100
5.7.	Princípio da simplicidade	101

CAPÍTULO 3

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	103
1. Introdução	103
2. Tribunal Superior do Trabalho	104
2.1. Órgãos do Tribunal Superior do Trabalho	105
2.2. Cargos de direção do TST	107
2.3. Conselho Superior da Justiça do Trabalho	108
2.4. Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho	109
3. Tribunais Regionais do Trabalho	111
4. Juízes do Trabalho	114
5. Ingresso na Carreira	114
6. Garantias dos Juízes	115
7. Vedações dos Juízes	116
8. Deveres e Poderes do Juiz	116
9. Juízo 100% Digital	117
10. Serviços Auxiliares da Justiça do Trabalho	119
10.1. Secretarias das Varas do Trabalho	119
10.2. Secretarias dos Tribunais	120
10.3. Serviços de Distribuição de Feitos	121
10.4. Oficiais de Justiça Avaliadores	122
11. Conselho Nacional de Justiça	123
11.1. Composição	123
11.2. Mandato	124
11.3. Presidência do Conselho	125
11.4. Nomeação	125
11.5. Competência do Conselho	125
11.6. Ministro-Corregedor	126
11.7. Ouvidorias	126

CAPÍTULO 4

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	127
1. Ministério Público: Conceito	127
2. Princípios Institucionais	127
2.1. Unidade	127
2.2. Indivisibilidade	128
2.3. Independência Funcional	128
2.4. Promotor Natural	128
3. Garantias	129
4. Prerrogativas	129
5. Vedações	131
6. Organização	132
7. Ministério Público do Trabalho	133
7.1. Carreira do Ministério Público do Trabalho	135
8. Inquérito Civil	136
8.1. Objeto	137
8.2. Instauração	138
8.3. Indeferimento liminar	139
8.4. Legitimidade	140
8.4.1. Conflito de atribuição	140
8.5. Instrução	141
8.5.1. Prova colhida no Inquérito Civil	142
8.6. Conclusão	143
8.6.1. Arquivamento	143
9. Termo de Ajustamento de Conduta	144
10. Atribuições do Ministério Público do Trabalho	146
11. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho	148
11.1. Legitimidade para arguir prescrição em favor de entidade de direito público	148
11.2. Legitimidade recursal	149
11.2.1. Ilegitimidade para recorrer na defesa de interesse patrimonial privado	149
11.2.2. Legitimidade para recorrer de decisão que declara a existência de vínculo empregatício com sociedade de economia mista ou empresa pública sem a prévia aprovação em concurso público	151
11.3. Legitimidade para arguir em parecer nulidade da contratação não suscitada na defesa	152
11.4. Legitimidade para atuar no STF e no STJ	153
12. Interesses e Direitos Metaindividuais Tutelados pelo Ministério Público	154
13. Conselho Nacional do Ministério Público	155
14. Súmulas do TST	157
15. Informativos do TST Relacionados ao Tema	158

CAPÍTULO 5

FORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E JURISDIÇÃO	161
1. Formas de solução de conflitos	161
2. Formas Consensuais de Solução de Conflitos (Autocomposição)	162
2.1. Mediação e Conciliação	162
2.1.1. Reclamação Pré-Processual	164
2.1.1.1. Suspensão da prescrição	168
2.2. Comissão de Conciliação Prévia	169

2.2.1.	Introdução	169
2.2.2.	Composição da Comissão de Conciliação Prévia Criada em Âmbito da Empresa	169
2.2.3.	Necessidade de Submeter a Demanda à Comissão de Conciliação Prévia	170
2.2.4.	Consequências da Conciliação Firmada Perante a CCP	171
2.3.	Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial	172
3.	Arbitragem	172
3.1.	Cláusula compromissória e compromisso arbitral	174
3.2.	Quem poderá ser árbitro?	175
3.3.	Procedimento	176
3.4.	Controle judicial	178
3.5.	Conflito de competência	178
4.	Jurisdição	179
4.1.	Escopos da jurisdição	179
4.2.	Princípios da Jurisdição	180
4.3.	Jurisdição voluntária	181
4.3.1.	Natureza jurídica	182
4.3.2.	Características	184
4.3.2.1.	Obrigatoriedade	184
4.3.2.2.	Inquisitorialidade	184
4.3.2.3.	Juízo de equidade	184
4.3.3.	Jurisdição voluntária no processo do trabalho	185
5.	Procedimento da homologação de acordo extrajudicial	187
5.1.	Petição conjunta	187
5.2.	Representação por advogado	188
5.2.1.	Honorários advocatícios sucumbenciais no acordo extrajudicial	189
5.3.	Prazo para analisar o acordo extrajudicial	189
5.4.	Desistência unilateral	189
5.5.	Realização de audiência	189
5.6.	Sentença	190
5.6.1.	Impugnação da sentença que não homologa o acordo extrajudicial	190
5.6.2.	Impugnação da sentença que homologa o acordo extrajudicial	191
5.7.	Requisitos do acordo extrajudicial	193
5.7.1.	Transação	193
5.7.2.	Observância do prazo para pagamento das verbas rescisórias	194
5.7.3.	Parcelas alcançadas pelo acordo extrajudicial (quitação geral do contrato de trabalho)	195
5.8.	Suspensão e retorno da contagem do prazo prescricional	198
6.	Informativos do TST Relacionados ao Tema	199

CAPÍTULO 6

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO 203

1.	Competência	203
1.1.	Conceito	203
1.2.	Distribuição da competência	203
1.3.	Princípio da Tipicidade e da Indisponibilidade da Competência	204
1.4.	Regra da Kompetenz-Kompetenz	204
1.5.	Perpetuação da Jurisdição	204
1.6.	Competência por Distribuição	206

1.7.	Classificação	206
1.7.1.	Competência originária e derivada	206
1.7.2.	Competência exclusiva e competência concorrente	207
1.7.3.	Competência absoluta e relativa	208
1.7.3.1.	Competência absoluta	208
1.7.3.2.	Competência relativa	209
1.7.3.2.1.	Reconhecimento de ofício da incompetência territorial	210
1.7.3.3.	Diferenças Entre a Competência Absoluta e Relativa	211
2.	Critérios de Modificação da Competência	212
2.1.	Conexão e Continência	212
3.	Delimitação da Competência	214
4.	Competência em Razão da Matéria e da Pessoa	215
4.1.	Ações Oriundas da Relação de Trabalho	216
4.1.1.	Relações de consumo	217
4.1.2.	Honorários advocatícios	218
4.1.2.1.	Honorários contratuais na substituição processual pelo sindicato ...	219
4.1.2.2.	Ação de cobrança dos honorários do defensor dativo	220
4.1.3.	Ações Penais	220
4.1.3.1.	Trabalho realizado por presidiários no cumprimento da pena	222
4.1.4.	Representantes comerciais	222
4.1.5.	Motoristas de aplicativo	223
4.1.6.	Transportadores autônomos	224
4.2.	Entes de Direito Público Externo	226
4.2.1.	Estados estrangeiros	226
4.2.2.	Organismos internacionais	227
4.2.3.	Esquema	228
4.3.	Servidores da Administração Pública	228
4.3.1.	Relação empregatícia	229
4.3.1.1.	Exoneração de empregado público em estágio probatório	230
4.3.1.2.	Ato de demissão de empregado público	230
4.3.1.3.	Pretensões de natureza administrativa	231
4.3.1.4.	Controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame em face da Administração Pública	231
4.3.2.	Vínculo estatutário	232
4.3.3.	Vínculo temporário	232
4.3.4.	Cessão de servidor	233
4.3.5.	Cargo em comissão	234
4.3.6.	Alteração do regime de contratação	234
4.3.6.1.	Empregados contratados antes da CF/1988, sem submissão ao concurso público	235
4.3.7.	Contratação sem concurso público após a Constituição Federal de 1988	236
4.4.	Serventuário de Cartório Extrajudicial	236
4.5.	Competência Trabalhista Perante a Greve	237
4.5.1.	Dissídio coletivo de greve de servidor público	239
4.6.	Ações Envolvendo Sindicatos	240
4.6.1.	Questões sindicais de servidores estatutários	241
4.7.	Mandado de Segurança, Habeas Corpus e Habeas Data	242

4.7.1.	Mandado de segurança	242
4.7.2.	<i>Habeas corpus</i>	243
4.7.3.	<i>Habeas data</i>	245
4.8.	Ações de Indenização por Dano Moral ou Patrimonial	246
4.8.1.	Ação de indenização por danos ocorridos nas fases pré e pós-contratual	246
4.8.2.	Acidente de trabalho e doença ocupacional	247
4.8.2.1.	Herdeiros e sucessores	247
4.8.3.	Assédio moral e sexual	250
4.9.	Ações Relativas às Penalidades Administrativas Impostas aos Empregadores pelos Órgãos de Fiscalização do Trabalho	252
4.10.	Execução, de Ofício, das Contribuições Sociais das Sentenças que Proferir	253
4.10.1.	Contribuições previdenciárias decorrentes dos acordos firmados perante a Comissão de Conciliação Prévia	255
4.10.2.	Contribuições de terceiros	255
4.11.	Outras Competências da Justiça do Trabalho	255
4.11.1.	Seguro-desemprego	256
4.11.2.	Complementação de aposentadoria	257
4.11.3.	Plano de saúde assegurado em contrato de trabalho, convenção ou acordo coletivo	261
4.11.4.	Autorização de Trabalho Artístico Infantil	262
4.11.5.	Empreitada	264
4.11.6.	Ações Envolvendo o Meio Ambiente do Trabalho	265
4.11.7.	Medida protetiva de manutenção de vínculo no caso de violência doméstica	266
4.11.8.	Mandado de Injunção	267
4.12.	Competência Normativa	269
5.	Competência Funcional	270
6.	Competência em Razão do Lugar (Territorial)	271
6.1.	Local da prestação dos serviços	271
6.1.1.	Prestação de serviços em diversas localidades	272
6.2.	Agente ou viajante comercial	272
6.3.	Empregado brasileiro que trabalha no exterior	273
6.4.	Empregador que promove a prestação dos serviços fora do lugar da celebração do contrato	274
6.5.	Competência territorial no teletrabalho	276
6.6.	Competência territorial no acidente de trabalho	278
6.7.	Competência Territorial na Ação Civil Pública	279
6.8.	Competência territorial para homologação do acordo extrajudicial	280
6.9.	Foros distritais ou regionais	281
6.10.	Foro de eleição	282
6.11.	Cláusula abusiva de foro de eleição	283
7.	Conflitos de Competência	284
7.1.	Tribunal Regional do Trabalho e Vara do Trabalho de idêntica região	286
7.2.	Juízo arbitral	286
7.3.	Procedimento	287
8.	Natureza da Decisão que Reconhece a Incompetência	288
9.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	289
10.	Informativos do TST Relacionados ao Tema	292

CAPÍTULO 7

AÇÃO	313
1. Natureza Jurídica	313
1.1. Teoria Imanentista	313
1.2. Teoria Concreta	314
1.3. Teoria Abstrata	315
1.4. Teoria Eclética	315
1.5. Teoria da Asserção	316
2. Condições da Ação	317
2.1. Legitimidade das partes	318
2.1.1. Legitimidade do sindicato	319
2.1.2. Legitimidade no acidente de trabalho	321
2.2. Interesse de agir	323
2.3. Possibilidade jurídica do pedido	324
2.4. Momento de verificação das condições da ação	325
2.5. Distinção entre pressupostos processuais e condições da ação	327
3. Elementos da Ação	328
3.1. Partes	328
3.2. Pedido	328
3.3. Causa de pedir	330
3.3.1. Teoria da substanciação e da individuação	330
4. Classificação das ações	331
5. Cumulação de Ações	333

CAPÍTULO 8

PROCESSO	335
1. Natureza Jurídica	335
2. Procedimento	336
3. Relação Jurídica Processual	337
4. Pressupostos Processuais	338
4.1. Pressupostos processuais subjetivos	340
4.1.1. Investidura	340
4.1.2. Imparcialidade	341
4.1.3. Competência	341
4.1.4. Capacidade de ser parte	342
4.1.5. Capacidade processual	342
4.1.6. Capacidade postulatória	344
4.2. Pressupostos processuais objetivos	344
4.2.1. Demanda	345
4.2.2. Coisa Julgada Material	345
4.2.3. Litispêndência	346
4.2.4. Perempção	346
4.2.5. Convenção de arbitragem	347
4.2.6. Ausência de pagamento de custas processuais (CLT, art. 844, § 3º)	347
4.2.7. Petição Inicial Apta	348
4.2.8. Citação válida	349
4.2.9. Regularidade formal	349
5. Pontos e questões	350

6. Questões Incidentais e Questões Principais	350
7. Questões Preliminares e Questões Prejudiciais	351
8. Cognição	352
9. Tipos ou Fases do Processo (Sincretismo Processual)	353
10. Súmulas do TST	354

CAPÍTULO 9

PARTES NO PROCESSO DO TRABALHO 355

1. Conceito	355
2. Capacidade de Ser Parte	356
3. Capacidade Processual	356
3.1. Representação	357
3.1.1. Incapazes	357
3.1.1.1. Atuação do Ministério Público do Trabalho x Defensoria Pública da União	358
3.1.2. Representação das pessoas jurídicas	361
3.1.2.1. Representação das autarquias e fundações	362
3.1.3. Representação em audiência	364
4. Representação do Empregador pelo Preposto	366
5. Capacidade Postulatória e o Jus Postulandi	367
6. Benefício da Justiça Gratuita	369
6.1. Conceito	369
6.2. Benefício da Justiça Gratuita X Assistência Judiciária Gratuita	370
6.3. Sujeitos beneficiários	372
6.4. Abrangência da gratuidade	373
6.5. Concessão parcial da gratuidade e parcelamento	374
6.6. Isenção total do pagamento x Isenção do adiantamento das despesas processuais	375
6.7. Características do benefício da justiça gratuita	378
6.7.1. Época do salário a ser observado	383
6.8. Comprovação de insuficiência de recursos	384
6.8.1. Comprovação pela pessoa física	384
6.8.1.1. Histórico	384
6.8.1.2. Lei nº 13.467/2017	386
6.8.2. Comprovação de insuficiência de recursos pela pessoa jurídica	389
6.9. Impugnação da concessão do benefício da justiça gratuita	390
6.10. Rejeição da concessão do benefício da justiça gratuita e o contraditório prévio	392
6.11. Impugnação da decisão que rejeita a concessão do benefício da justiça gratuita	394
6.12. Benefício da justiça gratuita concedido na ação matriz e utilização nas ações posteriores	394
7. Substituição Processual	395
7.1. Atuação do sindicato	397
8. Sucessão Processual	399
9. Deveres das Partes e Daqueles que Participam do Processo	401
10. Ato Atentatório à Dignidade da Justiça	402
11. Litigância de Má-Fé	405
11.1. Atos considerados de má-fé	406
11.1.1. Dedução de pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso	406
11.1.2. Alteração da verdade dos fatos	407

11.1.3.	Uso do processo para a obtenção de objetivo ilegal	407
11.1.4.	Oposição de resistência injustificada ao andamento do processo	408
11.1.5.	Atuação de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo	408
11.1.6.	Provocação de incidente manifestamente infundado	409
11.1.7.	Interposição de recurso com intuito manifestamente protelatório	409
11.2.	Penalidades pela litigância de má-fé	410
11.2.1	Multa pela litigância de má-fé	411
11.2.2	Indenização da parte contrária pelos prejuízos sofridos	412
11.2.3.	Honorários advocatícios e despesas efetuadas	412
11.3.	Litigância de má-fé pelo beneficiário da justiça gratuita	413
11.4.	Dois ou mais litigantes de má-fé	414
11.5.	Valor da causa irrisório ou inestimável	415
11.6.	Valor da indenização	415
11.7.	Momento da condenação	416
11.8.	Direito intertemporal (Lei nº 13.467/2017)	416
12.	Assédio Processual	417
13.	Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	418
14.	Informativos do TST Relacionados ao Tema	419

CAPÍTULO 10

PROCURADORES 427

1.	Representação por Advogado e Mandato	427
1.1.	Substabelecimento	429
1.1.1.	Mandato tácito. Substabelecimento	430
1.2.	Condições de validade do mandato e substabelecimento	431
1.2.1.	Ausência de data na procuração ou substabelecimento	431
1.2.2.	Prazo do mandato	432
1.3.	Mandato em nome de pessoa jurídica de direito privado	433
1.4.	Extinção do mandato. Juntada de nova procuração sem ressalvas	434
1.5.	Mandato para pessoa jurídica de direito público	435
1.6.	Representação por estagiário	437
1.7.	Atuação momentânea sem o instrumento de mandato	438
1.8.	Regularização da representação	440
2.	Honorários Advocatícios	442
2.1.	Generalidades	442
2.2.	Modalidades de honorários	445
2.3.	Honorários de sucumbência	446
2.3.1.	Titularidade	447
2.3.2.	Valor dos honorários	448
2.3.3.	Crítérios para fixação do valor dos honorários	448
2.3.4.	Base de cálculo	449
2.3.5.	Honorários advocatícios na fase recursal	452
2.3.5.1.	Condenação de honorários advocatícios e dispensa do depósito recursal	454
2.3.6.	Honorários advocatícios no cumprimento de sentença e na execução	454
2.3.6.1.	Honorários advocatícios nos embargos à execução e nos embargos de terceiros	455
2.3.6.2.	Honorários advocatícios no incidente de desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica	457

2.3.6.3.	Honorários advocatícios na prescrição intercorrente	457
2.3.7.	Honorários advocatícios na extinção do processo sem resolução do mérito, desistência, renúncia ou reconhecimento do pedido	458
2.3.8.	Honorários advocatícios no arquivamento	459
2.3.9.	Honorários advocatícios no acordo	459
2.3.9.1.	Acordo judicial	459
2.3.9.2.	Acordo extrajudicial	460
2.3.10.	Honorários advocatícios no litisconsórcio	461
2.3.11.	Honorários advocatícios na sucumbência recíproca	461
2.3.12.	Parcela do pedido julgado procedente	463
2.3.13.	Honorários sucumbenciais na cumulação de pedidos	464
2.3.14.	Honorários advocatícios nas ações contra a Fazenda Pública	464
2.3.15.	Honorários advocatícios e beneficiário da justiça gratuita	466
2.3.16.	Honorários advocatícios na reconvenção	469
2.3.17.	Honorários advocatícios na ação rescisória	469
2.3.18.	Honorários advocatícios na produção antecipada de provas	470
2.4.	Honorários assistenciais	470
2.5.	Honorários advocatícios na substituição processual pelo sindicato	474
3.	Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	479
4.	Informativos do TST Relacionados ao Tema	482

CAPÍTULO 11

LITISCONSÓRCIO 495

1.	Conceito	495
2.	Classificação	495
2.1.	Quanto à posição	495
2.2.	Quanto à obrigatoriedade	496
2.2.1.	Hipóteses legais	496
2.2.1.1.	Comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide	497
2.2.1.2.	Conexão pelo pedido ou pela causa de pedir	497
2.2.1.3.	Afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito	498
2.2.2.	Litisconsórcio multitudinário	498
2.2.3.	Litisconsórcio necessário ativo	499
2.2.4.	Litisconsórcio necessário na anulação de cláusulas de acordo coletivo e convenção coletiva	500
2.2.4.1.	Ação coletiva	500
2.2.4.2.	Ação individual	502
2.2.5.	Vício gerado pela inobservância do litisconsórcio necessário	503
2.2.6.	Responsabilidade subsidiária decorrente de terceirização	504
2.2.6.1.	Ilicitude na terceirização	505
2.2.6.2.	Terceirização pela administração pública	507
2.3.	Quanto ao resultado	509
2.4.	Quanto ao momento de formação	510
2.5.	Esquema das Classificações dos Litisconsórcios	511
3.	Dinâmica no litisconsórcio	511
3.1.	Atos de disposição de direitos	511
3.2.	Revelia	512
3.3.	Produção de provas	513

3.4.	Confissão	513
3.5.	Prazo para os litisconsortes	513
3.6.	Interposição de recurso	514
3.7.	Custas processuais	515
3.7.1.	Reclamação plúrima	515
3.7.2.	Responsabilidade pelo pagamento das custas nas condenações solidária e subsidiária	515
3.8.	Depósito recursal	516
3.8.1.	Litisconsórcio ativo	516
3.8.2.	Condenação solidária	516
3.8.3.	Condenação subsidiária	517
4.	Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	518
5.	Informativos do TST Relacionados ao Tema	518

CAPÍTULO 12

INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	521
1. Introdução	521
2. Procedimentos Aplicáveis	521
2.1. Rito Ordinário	521
2.2. Rito Sumário e Rito Sumaríssimo	522
3. Assistência	522
3.1. Assistência simples	522
3.2. Assistência litisconsorcial	523
3.3. Interesse jurídico	524
3.4. Cabimento	525
4. Denúnciação da Lide	525
4.1. Denúnciação Sucessiva	527
5. Chamamento ao Processo	527
6. Chamamento à Autoria no Fato do Príncipe	528
6.1. Procedimento	529
6.2. Natureza jurídica	530
6.3. Coronavírus e fato do príncipe	531
7. Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	533
7.1. Teoria inversa da desconsideração da personalidade jurídica	534
7.2. Teoria objetiva (teoria menor)	535
7.3. Incidente processual	536
7.4. Legitimidade	536
7.5. Suspensão do Processo	539
7.6. Tutela Cautelar	540
7.7. Citação e defesa	541
7.8. Instrução	542
7.9. Impugnação da decisão	543
7.10. Esquema do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	545
7.11. Desconsideração da personalidade jurídica na petição inicial	546
8. Intervenção de <i>Amicus Curiae</i>	547
8.1. Elementos necessários para viabilizar a participação do <i>amicus curiae</i>	548
8.2. Poderes do <i>amicus curiae</i>	550
8.3. <i>Amicus curiae</i> x perito	551
9. Intervenção <i>Iussu Iudicis</i>	551

10. Súmula do TST	552
11. Informativos do TST Relacionados ao Tema	552

CAPÍTULO 13

ATOS PROCESSUAIS	553
1. Princípios Aplicados aos Atos Processuais	553
1.1. Sequencialidade, finalidade e interdependência	553
1.2. Publicidade	553
1.3. Documentação	555
1.4. Instrumentalidade das formas	556
1.5. Preclusão	556
2. Classificação dos Atos Processuais	557
2.1. Classificação objetiva	557
2.2. Classificação subjetiva	558
2.2.1. Pronunciamentos Judiciais	559
3. Limites Temporais	560
3.1. Limites temporais no processo judicial eletrônico	561
4. Idioma	561
5. Comunicação dos Atos Processuais	561
5.1. Citação	562
5.1.1. Generalidades	562
5.2. Formas de Citação	563
5.2.1. Notificação postal	563
5.2.2. Notificação por edital	565
5.2.3. Notificação por oficial de justiça	565
5.2.4. Notificação por meio eletrônico	566
5.3. Formas de Intimação	568
5.3.1. Intimação pelo Diário Oficial	568
5.3.2. Intimação postal ou por oficial de justiça	569
5.3.3. Intimação eletrônica	569
5.3.4. Intimação na audiência	570
6. Prazos Processuais	570
6.1. Princípios dos Prazos Processuais	572
6.2. Contagem dos Prazos Processuais	572
6.2.1. Contagem em dias úteis	574
6.2.2. Início da contagem quando marcada audiência de julgamento	575
6.2.3. Contagem dos prazos no processo eletrônico	576
6.2.4. Interrupção e suspensão	578
6.2.4.1. Recesso forense e o art. 775-A da CLT	579
6.3. Prazos Diferenciados	580
6.4. Principais Prazos Processuais	582
7. Despesas Processuais	583
7.1. Custas Processuais	584
7.1.1. Valor das custas processuais	584
7.1.2. Responsabilidade pelo pagamento das custas	585
7.1.3. Momento do recolhimento das custas	586
7.1.4. Isentos do pagamento das custas	587
7.1.4.1. Isenção do sindicato nas Ações Coletivas	588

7.2.	Valor dos Emolumentos	589
7.3.	Honorários Periciais	589
7.3.1.	Responsabilidade do beneficiário da justiça gratuita	590
8.	Negócio Jurídico Processual	591
9.	Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	595
10.	Informativos do TST Relacionados ao Tema	598

CAPÍTULO 14

NULIDADES PROCESSUAIS 601

1.	Vícios Processuais: Classificação	601
2.	Princípios das Nulidades Processuais	602
2.1.	Princípio da Transcendência (Prejuízo)	602
2.2.	Princípio da Convalidação ou Preclusão	603
2.2.1.	Protesto	604
2.3.	Princípio da Economia Processual	606
2.4.	Princípio do Interesse	606
2.5.	Princípio da Utilidade	607
2.6.	Princípio da Instrumentalidade das Formas	607
3.	Arguição e Efeitos da Declaração das Nulidades	607
4.	Quadro Resumido	608
5.	Informativos do TST Relacionados ao Tema	608

CAPÍTULO 15

FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO 611

1.	Formação do Processo	611
2.	Suspensão do Processo	612
2.1.	Morte ou Perda da capacidade processual	614
2.2.	Falecimento do advogado	615
2.3.	Convenção das partes	616
2.4.	Arguição de Impedimento ou de Suspeição	616
2.5.	Exceção de incompetência territorial	617
2.6.	Admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	617
2.6.1.	Suspensão na cumulação de pedidos e quando há necessidade probatória	619
2.6.2.	Extensão da suspensão	619
2.6.3.	Prazo da suspensão	620
2.7.	Prejudicialidade e necessidade de verificação de determinado fato ou produção de certa prova, requisitada a outro juízo	620
2.8.	Força Maior	622
2.9.	Acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo	622
2.10.	Demais casos	623
2.11.	Parto ou adoção	623
2.12.	Efeitos da suspensão	623
3.	Extinção do Processo	624

CAPÍTULO 16

PETIÇÃO INICIAL 625

1.	Formas de Reclamação	625
----	----------------------------	-----

2.	Requisitos da Petição Inicial	626
2.1.	Valor da causa	627
2.2.	Causa de Pedir (Breve Exposição dos Fatos)	628
2.3.	Pedido	628
2.3.1.	Requisitos do pedido	629
2.3.1.1.	Pedido certo	629
2.3.1.2.	Pedido determinado	630
2.3.1.3.	Pedido com indicação de valor	632
2.3.2.	Cumulação de pedidos	636
3.	Reclamação Verbal	638
4.	Documentos indispensáveis à propositura da ação	638
5.	Tramitação Preferencial	640
6.	Aditamento e Emenda da Petição Inicial	640
7.	Indeferimento da Petição Inicial	641
7.1.	Recurso da decisão que indefere liminarmente a petição inicial	643
8.	Improcedência Liminar do Pedido	644
9.	Desistência da Reclamação	646
9.1.	Não concordância do réu com o pedido de desistência	647
9.2.	Desistência de questão idêntica à resolvida pelo recurso representativo da controvérsia	647
10.	Informativos do TST Relacionados ao Tema	648

CAPÍTULO 17

AUDIÊNCIAS 653

1.	Generalidades	653
2.	Atraso na Audiência	655
3.	Fracionamento da Audiência	658
4.	Comparecimento das Partes	659
4.1.	Representação do Empregador pelo Gerente ou Preposto	659
4.1.1.	Preposto e advogado	660
4.2.	Ausência do Reclamante	661
4.2.1.	Não comparecimento do reclamante e pagamento das custas processuais	662
4.2.1.1.	Reclamante não beneficiário da justiça gratuita	666
4.2.1.2.	Prazo concedido para justificar a ausência na audiência e o prazo do recurso ordinário	667
4.3.	Ausência do Reclamado	667
4.3.1.	Pessoa jurídica de direito público	668
4.3.2.	Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada	668
4.4.	Ausência das partes na audiência de julgamento e início da contagem do prazo recursal	671
5.	Suspensão da Audiência	673
6.	Audiências Telepresenciais e por Videoconferência	673
6.1.	Distinção	673
6.2.	Audiência por videoconferência	675
6.3.	Audiência telepresencial	678
6.4.	Regras comuns	680
6.5.	Sustentação oral	681
7.	Acordo Judicial	681
7.1.	Alcance do acordo judicial	683

7.2. Discriminação da natureza das verbas	685
7.3. Acordo realizado após o trânsito em julgado	687
8. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	688
9. Informativos do TST Relacionados ao Tema	689

CAPÍTULO 18

RESPOSTA DO RÉU	693
1. Introdução	693
2. Defesa nos Processos em que é Parte Pessoa Jurídica de Direito Público e nas Ações Coletivas Ajuizadas pelo MPT	695
3. Contestação	696
3.1. Defesas processuais	696
3.1.1. Incompetência relativa	697
3.1.2. Perempção	698
3.1.3. Legitimidade	699
3.2. Defesas de mérito	700
3.2.1. Compensação x Dedução x Retenção	701
3.3. Princípios	703
3.3.1. Princípio da impugnação específica	703
3.3.2. Princípio da eventualidade	703
3.4. Revelia	704
3.4.1. Não produção dos efeitos da revelia	705
3.4.1.1. Pluralidade de réus	705
3.4.1.2. Direitos Indisponíveis	706
3.4.1.3. Ausência de instrumento indispensável à prova do ato	706
3.4.1.4. Alegações inverossímeis ou em contradição com prova constante nos autos	707
3.4.1.5. Necessidade de prova pericial	707
3.4.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada	708
4. Exceções	711
4.1. Denominação	711
4.2. Generalidades	712
4.3. Exceção de Impedimento e Suspeição	713
4.3.1. Momento de Alegação	715
4.3.2. Procedimento	715
4.4. Exceção de Incompetência (Relativa)	717
4.4.1. Prazo para apresentação	718
4.4.2. Necessidade de indicação do juízo competente	719
4.4.3. Suspensão do processo	720
4.4.4. Contraditório	720
4.4.5. Produção de prova oral	720
4.4.6. Decisão da exceção de incompetência	721
4.4.7. Recorribilidade da decisão proferida na exceção	721
4.4.8. Fluxograma	722
4.4.9. Negócio processual e alteração da competência após o prazo da exceção de incompetência	723
4.4.10. Rito sumaríssimo	724
5. Reconvênção	725
6. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	726
7. Informativos do TST Relacionados ao Tema	727

30

9.2.2.	Quem pode testemunhar?	781
9.2.2.1.	Testemunha que litiga ou litigou contra a mesma reclamada	783
9.2.3.	Número máximo de testemunhas	783
9.2.4.	Comparecimento das testemunhas em audiência	784
9.2.5.	Procedimento	786
9.2.6.	Multa aplicada à testemunha	788
9.2.6.1.	Fatos essenciais	789
9.2.6.2.	Instauração de incidente	790
9.2.6.3.	Retratação da testemunha	791
9.2.6.4.	Momento de aplicação da multa	791
9.2.6.5.	Resultado do julgamento da causa	792
9.2.6.6.	Cumulação da multa com a indenização	792
9.2.6.7.	Cumulação da multa do art. 793-D da CLT com a multa do art. 342 do CP	792
9.2.6.8.	Destinatário da multa	793
9.2.6.9.	Legitimidade recursal da testemunha para impugnar a multa	793
9.2.6.10.	Execução da multa imposta à testemunha	794
9.2.6.11.	Direito intertemporal	795
9.3.	Prova Documental	795
9.3.1.	Documentos eletrônicos	796
9.3.2.	Momento para apresentação da prova documental	798
9.3.3.	Prova documental imprescindível	799
9.3.4.	Ata Notarial	800
9.3.5.	Falsidade de documento	797
9.4.	Prova Pericial	801
9.4.1.	Adicional de insalubridade e periculosidade e realização de perícia	804
9.4.1.1.	Agente nocivo diverso do apontado na inicial	806
9.4.2.	Honorários periciais	807
9.4.2.1.	Parcelamento dos honorários periciais	808
9.4.2.2.	Adiantamento de valores dos honorários periciais	808
9.4.2.3.	Responsabilidade pelo pagamento quando for beneficiário da justiça gratuita	809
9.4.2.4.	Responsabilidade pelo pagamento dos honorários do assistente técnico	810
9.4.3.	Prova técnica simplificada	811
9.5.	Inspeção Judicial	812
10.	Provas Digitais	812
10.1.	Conceito e natureza jurídica	812
10.2.	Requisitos	814
10.3.	Ônus da prova	816
10.4.	Ferramentas utilizadas para analisar a validade das provas digitais	817
10.5.	Prints de WhatsApp como meio de prova	819
11.	Provas e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	821
12.	Encerramento da Instrução e Razões Finais	822
13.	Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	823
14.	Informativos do TST Relacionados ao Tema	824

CAPÍTULO 20**SENTENÇA E COISA JULGADA 837**

1. Pronunciamentos Judiciais	837
1.1. Sentença	837
1.2. Decisão Interlocutória	838
1.3. Despacho	838
1.4. Acórdão	839
2. Requisitos	839
2.1. Fundamentação	841
2.2. Fundamentação per relationem	846
3. Classificação	848
4. Princípio da Congruência	849
4.1. Fato superveniente que possa influir no julgamento	851
5. Sentença Certa e Sentença Condicional	853
6. Publicação e Intimação	854
7. Juízo de Retratação	855
8. Julgamento Antecipado	855
8.1. Julgamento Antecipado Total	856
8.2. Julgamento Parcial do Mérito	856
9. Efeitos Anexos da Sentença	858
9.1. Hipoteca Judiciária	858
10. Ordem de Análise das Matérias na Sentença	860
11. Coisa Julgada	861
11.1. Conflito entre duas coisas julgadas	862
12. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	863
13. Informativos do TST Relacionados ao Tema	863

CAPÍTULO 21**PRECEDENTES JUDICIAIS 867**

1. Introdução	867
2. Conceito	867
3. Classificação	868
4. Estrutura dos Precedentes	869
5. Precedente, Jurisprudência e Súmula	869
6. Precedentes Judiciais no Direito Brasileiro	870
6.1. Deveres gerais dos tribunais	872
6.2. Súmulas e enunciados de jurisprudência do TST	873
6.2.1. Criação e alteração	873
6.2.2. Súmulas e outros enunciados dos TRTs	875
6.2.3. Conteúdo das súmulas e outros enunciados	875
7. Técnicas para Utilização dos Precedentes	877
7.1. Distinguishing	877
7.2. Superação dos precedentes judiciais	878
7.2.1. Quem pode realizar a superação	880
8. Meios de Impugnação da Decisão que Não Aplica ou Aplica Inadequadamente o Precedente Obrigatório	882
9. Informativos do TST Relacionados ao Tema	883

CAPÍTULO 22

TUTELA PROVISÓRIA	885
1. Tutela Provisória	885
1.1. Distinção: Tutela de Urgência e Tutela de Evidência	886
2. Tutelas de Urgência	887
2.1. Requisitos para Concessão	889
2.1.1. Concessão de Ofício	891
2.2. Formas de requerimento	892
2.2.1. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	893
2.2.1.1. Estabilização da tutela antecipada	893
2.2.2. Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	894
2.3. Responsabilidade pelo dano decorrente da tutela de urgência	895
3. Tutela de Evidência	897
3.1. Requisitos para a concessão da tutela de evidência	897
4. Momento de Concessão e Meios de Impugnação	898
4.1. Concessão antes da sentença	898
4.1.1. Superveniência da sentença	899
4.2. Concessão na sentença	900
5. Tutela Provisória contra a Fazenda Pública	904
6. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	906
7. Informativos do TST Relacionados ao Tema	907

CAPÍTULO 23

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO E PROCEDIMENTO SUMÁRIO	909
1. Procedimento Sumaríssimo	909
1.1. Incidência	909
1.2. Petição Inicial e Prazo para Apreciação	909
1.2.1. Citação por edital no procedimento sumaríssimo	910
1.3. Audiência	911
1.4. Sentença	912
1.5. Recursos	912
1.5.1. Recurso ordinário	912
1.5.2. Recurso de revista	913
1.5.3. Embargos para a SDI (embargos de divergência)	913
2. Procedimento Sumário	913
3. Procedimento Ordinário	915
4. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	915

CAPÍTULO 24

RECURSOS TRABALHISTAS	917
1. Teoria Geral dos Recursos	917
1.1. Meios de Impugnação	917
1.2. Conceito de Recurso	917
1.3. Classificação	918
1.3.1. Quanto ao objeto imediato do recurso	918
1.3.2. Quanto à fundamentação	919

1.3.3.	Quanto à extensão da matéria impugnada	919
1.3.4.	Quanto à independência	920
1.3.4.1.	Recurso adesivo	920
1.3.5.	Resumo das classificações	923
1.4.	Princípios Recursais	923
1.4.1.	Princípio do duplo grau de jurisdição	923
1.4.2.	Princípio da taxatividade (tipicidade)	924
1.4.3.	Princípio da unirrecorribilidade (singularidade)	924
1.4.4.	Princípio da consumação	925
1.4.5.	Princípio da fungibilidade (convertibilidade)	926
1.4.6.	Princípio da dialeticidade	928
1.4.7.	Princípio da voluntariedade	929
1.4.8.	Princípio da proibição da reformatio in pejus	929
1.4.9.	Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	930
1.4.10.	Princípio da primazia da decisão de mérito	931
1.5.	Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito	933
1.5.1.	Juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista (IN nº 40 do TST)	936
1.5.1.1.	Omissão no juízo de admissibilidade parcial	936
1.5.1.2.	Juízo de admissibilidade parcial quando o tema está pacificado em recurso de revista repetitivo, IRDR e assunção de competência	938
1.5.2.	Poderes do relator	939
1.6.	Pressupostos Recursais	941
1.6.1.	Introdução	941
1.6.2.	Cabimento	942
1.6.3.	Legitimidade para recorrer	943
1.6.3.1.	Recurso de terceiro prejudicado	943
1.6.4.	Interesse em recorrer	945
1.6.4.1.	Interesse recursal na improcedência dos pedidos	945
1.6.5.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer	946
1.6.5.1.	Aceitação da decisão	946
1.6.5.2.	Renúncia	947
1.6.5.3.	Desistência	948
1.6.6.	Tempestividade	949
1.6.6.1.	Momento da comprovação da tempestividade	951
1.6.6.2.	Intempestividade	956
1.6.7.	Representação	956
1.6.7.1.	Agravo de instrumento e recurso de revista interpostos por procurador com poderes limitados ao âmbito do TRT	960
1.6.8.	Preparo	961
1.6.8.1.	Custas processuais	961
1.6.8.1.1.	Benefício da justiça gratuita na fase recursal	966
1.6.8.2.	Depósito recursal	968
1.6.8.2.1.	Generalidades	968
1.6.8.2.2.	Prazo para recolhimento e comprovação	970
1.6.8.2.3.	Depósito em conta vinculada ao juízo	970
1.6.8.2.4.	Correção monetária	971
1.6.8.2.5.	Substituição do depósito em dinheiro por fiança bancária ou seguro garantia judicial	971
1.6.8.2.6.	Valor do depósito recursal	974

	1.6.8.2.7.	Redução do valor do depósito recursal pela metade ...	977
	1.6.8.2.8.	Condenação de honorários advocatícios e dispensa do depósito recursal	978
	1.6.8.2.9.	Recursos que exigem o depósito recursal	979
	1.6.8.2.10.	Diferença no recolhimento do depósito recursal	979
	1.6.8.2.11.	Isenção do depósito recursal	980
	1.6.9.	Regularidade formal	981
1.7.		Juntada de Documentos	982
1.8.		Efeitos Recursais	983
	1.8.1.	Efeito obstativo	983
	1.8.2.	Efeito devolutivo	983
	1.8.3.	Efeito suspensivo	986
	1.8.4.	Efeito translativo	987
	1.8.5.	Efeito regressivo	989
	1.8.6.	Efeito expansivo	989
	1.8.7.	Efeito substitutivo	990
1.9.		Remessa Necessária	990
2.		Recursos em Espécie	993
	2.1.	Embargos de Declaração	993
		2.1.1. Introdução	993
		2.1.2. Competência	993
		2.1.3. Prazo para interposição	994
		2.1.4. Hipóteses de cabimento	994
		2.1.5. Pronunciamentos recorríveis	996
		2.1.6. Embargos de declaração com efeito modificativo	997
		2.1.7. Embargos de declaração contra decisão monocrática do relator	998
		2.1.8. Embargos de declaração protelatórios	999
		2.1.9. Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios	1000
	2.2.	Recurso Ordinário	1001
		2.2.1. Introdução	1001
		2.2.2. Hipóteses de cabimento	1001
		2.2.3. Juízo de retratação	1002
		2.2.4. Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal	1003
		2.2.5. Recurso ordinário no rito sumaríssimo	1004
	2.3.	Agravo de Petição	1004
		2.3.1. Agravo de petição no incidente de desconsideração da personalidade jurídica	1007
	2.4.	Recurso de Revista	1008
		2.4.1. Introdução	1008
		2.4.2. Prazo	1009
		2.4.3. Competência para julgamento	1009
		2.4.4. Pressupostos específicos de admissibilidade	1010
		2.4.4.1. Pquestionamento	1010
		2.4.4.2. Transcendência	1013
		2.4.4.2.1. Critério econômico	1013
		2.4.4.2.2. Critério político	1016
		2.4.4.2.3. Critério social	1017
		2.4.4.2.4. Critério jurídico	1017
		2.4.4.2.5. Análise da transcendência pelo relator e recurso da decisão	1018

	2.4.4.2.6.	Direito intertemporal	1019
2.4.5.		Hipóteses de cabimento	1019
	2.4.5.1.	Divergência jurisprudencial	1020
	2.4.5.1.1.	Incidente de uniformização trabalhista	1023
	2.4.5.2.	Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal	1026
2.4.6.		Rito sumaríssimo	1027
2.4.7.		Fase de execução	1028
2.4.8.		Quadro resumido das hipóteses de cabimento do recurso de revista	1029
2.4.9.		Recurso de revista de causas repetitivas	1029
	2.4.9.1.	Introdução	1029
	2.4.9.2.	Requisitos	1029
	2.4.9.3.	Processamento	1030
	2.4.9.3.1.	Competência	1030
	2.4.9.3.2.	Proposta de afetação	1031
	2.4.9.3.3.	Decisão de afetação	1033
	2.4.9.3.4.	Suspensão de outros recursos	1033
	2.4.9.3.4.1.	Requerimento de não suspensão e prosseguimento do recurso	1034
	2.4.9.3.5.	Instrução	1035
	2.4.9.3.6.	Julgamento	1036
	2.4.9.3.7.	Efeito do julgamento para os processos futuros ...	1039
	2.4.9.3.8.	Desistência da ação em curso no primeiro grau	1039
	2.4.9.4.	Questão constitucional no julgamento dos recursos repetitivos	1040
2.5.		Embargos no TST	1040
	2.5.1.	Introdução	1040
	2.5.2.	Embargos infringentes	1041
	2.5.3.	Embargos de divergência (embargos à SDI)	1041
	2.5.3.1.	Introdução	1041
	2.5.3.2.	Prazo	1042
	2.5.3.3.	Competência para julgamento	1042
	2.5.3.4.	Prequestionamento	1043
	2.5.3.5.	Hipóteses de cabimento	1043
	2.5.3.6.	Embargos de divergência de decisão proferida em agravo	1044
	2.5.3.7.	Embargos de divergência no rito sumaríssimo	1044
	2.5.3.8.	Embargos de divergência na fase executiva	1045
	2.5.3.9.	Antigo recurso de embargos de nulidade	1045
2.6.		Agravo de Instrumento	1045
	2.6.1.	Cabimento	1045
	2.6.1.1.	Decisão que denega seguimento ao recurso de revista	1049
	2.6.2.	Prazo	1050
	2.6.3.	Competência	1050
	2.6.4.	Pressupostos recursais	1050
	2.6.4.1.	Formação do instrumento	1051
	2.6.4.2.	Renovação dos fundamentos do recurso trancado	1052
	2.6.5.	Juízo de retratação	1054
2.7.		Agravo Interno e Regimental	1054
	2.7.1.	Decisão que denega seguimento ao recurso de revista	1056
	2.7.2.	Multa no agravo interno	1057
2.8.		Recurso Extraordinário	1059

2.8.1. Recurso extraordinário repetitivo	1063
3. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	1065
3.1. Microsistema de julgamentos de causas repetitivas	1065
3.2. Natureza Jurídica	1066
3.3. Cabimento e requisitos	1066
3.4. Competência	1067
3.5. Legitimidade	1068
3.5.1. Desistência ou abandono	1069
3.6. Procedimento	1069
3.7. Meios de impugnação do julgamento do IRDR	1071
4. Incidente de Assunção de Competência	1073
4.1. Introdução	1073
4.2. Cabimento	1073
4.3. Competência	1074
4.4. Legitimidade	1075
4.5. Objetivo	1075
4.6. Requisitos	1075
4.7. Procedimento	1076
4.8. Meios de impugnação do julgamento do incidente de assunção de competência	1077
4.9. Diferenças entre o IRDR e o incidente de assunção de competência	1077
4.10. Assunção de competência no TST	1078
5. Reclamação	1080
5.1. Introdução	1080
5.2. Natureza Jurídica	1080
5.3. Cabimento	1081
5.4. Legitimidade	1082
5.5. Procedimento	1082
5.6. Recursos da decisão da reclamação	1083
6. Reclamação Correicional	1083
7. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	1085
8. Informativos do TST Relacionados ao Tema	1100

CAPÍTULO 25

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	1153
1. Introdução	1153
2. Modificação, Inovação e Discussão quanto à Parte Principal	1154
3. Modalidades de Liquidação	1155
3.1. Liquidação por Cálculos	1155
3.1.1. Procedimento	1156
3.2. Liquidação por Arbitramento	1158
3.3. Liquidação por artigos	1159
4. Juros e Correção Monetária	1160
4.1. Índices aplicáveis	1160
4.1.1. Antes da ADC nº 58 do STF	1160
4.1.2. Após a ADC nº 58 do STF	1161
4.1.2.1. Modulação dos efeitos da ADC 58 do STF	1163
4.1.3. Depois da Lei nº 14.905/2024	1165
4.2. Condenação em face da Fazenda Pública	1166

4.3.	Período de graça	1168
4.4.	Responsabilidade subsidiária da administração pública	1169
4.5.	Juros e correção monetária não descritos na sentença	1170
4.6.	Juros e Correção monetária nas indenizações por dano moral	1171
4.7.	Correção monetária dos salários	1175
4.8.	Correção monetária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	1176
4.9.	Juros e correção monetária dos créditos devidos à Previdência Social	1176
4.10.	Não incidência da correção monetária sobre débito do empregado	1179
4.9.	Empresa em liquidação extrajudicial	1180
5.	Liquidação sem Resultado Positivo (Liquidação-Zero)	1181
6.	Impugnação da Decisão de Liquidação	1182
7.	Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	1184
8.	Informativos do TST Relacionados ao Tema	1185

CAPÍTULO 26

EXECUÇÃO TRABALHISTA 1191

1.	Introdução	1191
2.	Normas Aplicáveis à Execução Trabalhista	1191
3.	Princípios da Execução	1192
3.1.	Efetividade	1192
3.2.	Primazia do exequente	1193
3.3.	Menor onerosidade	1193
3.4.	Contraditório mitigado	1194
3.5.	Responsabilidade patrimonial ou patrimonialidade	1195
3.6.	Utilidade	1196
3.7.	Tipicidade e atipicidade dos meios executivos	1196
4.	Título Executivo	1197
4.1.	Títulos judiciais	1197
4.2.	Títulos extrajudiciais	1198
5.	Execução Provisória e Definitiva	1198
5.1.	Procedimento da Execução Provisória	1199
5.2.	Execução provisória até a penhora	1201
6.	Competência	1202
7.	Legitimidade	1202
7.1.	Legitimidade Ativa	1202
7.1.1.	Execução de ofício	1204
7.2.	Cessão de Crédito Trabalhista	1206
7.3.	Legitimidade Passiva	1208
8.	Responsabilidade Patrimonial	1208
8.1.	Responsabilidade do sucessor	1211
8.1.1.	Sucessão parcial	1211
8.2.	Responsabilidade decorrente da Terceirização	1212
8.2.1.	Responsabilidade da administração pública na terceirização	1214
8.3.	Responsabilidade do Sócio	1217
8.3.1.	Desconsideração da personalidade jurídica	1217
8.3.1.1.	Teoria objetiva (teoria menor)	1219
8.3.1.2.	Legitimidade	1220
8.3.1.3.	Suspensão do Processo	1222

8.3.1.4.	Tutela Cautelar	1223
8.3.1.5.	Citação e defesa	1224
8.3.1.6.	Instrução	1225
8.3.1.7.	Impugnação da decisão	1226
8.3.1.8.	Esquema do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	1228
8.3.2.	Responsabilidade do sócio retirante (ex-sócio)	1229
8.3.2.1.	Responsabilidade do sócio atual pelas dívidas contraídas pelo sócio retirante	1230
8.4.	Responsabilidade de empresa integrante do Grupo Econômico	1231
8.4.1.	Não suspensão dos processos que instauram o incidente de desconsideração da personalidade jurídica	1235
8.5.	Responsabilidade da filial e da matriz	1238
8.6.	Responsabilidade do cônjuge	1238
9.	Boa-Fé na Execução	1239
9.1.	Ato atentatório à dignidade da justiça	1239
9.2.	Fraude contra credores e fraude à execução	1241
9.2.1.	Fraude contra credores	1241
9.2.2.	Fraude à execução	1242
9.2.2.1.	Bens Sujeitos a Registro	1244
9.2.3.	Principais diferenças	1245
10.	Execução por Quantia Certa	1246
10.1.	Introdução	1246
10.2.	Citação	1246
10.3.	Medidas executivas indiretas para cumprimento voluntário da sentença condenatória	1247
10.3.1.	Medidas previamente descritas em lei	1247
10.3.1.1.	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	1249
10.3.1.1.1.	Banco Nacional de Devedores Trabalhistas	1250
10.3.1.1.2.	Não obtenção da CNDT	1251
10.3.1.1.3.	Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa	1252
10.3.1.1.5.	Prazo de validade da CNDT	1253
10.3.1.2.	Protesto	1253
10.3.1.3.	Inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes (SERASAJUD)	1254
10.3.2.	Medidas atípicas (bloqueio de CNH e retenção do passaporte)	1255
10.4.	Nomeação de Bens	1257
10.5.	Penhora	1257
10.5.1.	Depositário	1261
10.5.2.	Penhora em dinheiro	1262
10.5.2.1.	Bloqueio de contas bancárias (penhora on-line)	1262
10.5.2.2.	Penhora do limite do cheque especial	1265
10.5.2.3.	Penhora do depósito recursal	1265
10.5.2.4.	Seguro-garantia judicial e fiança bancária	1265
10.5.2.4.1.	Requisitos para apólice do seguro garantia judicial e da fiança bancária	1267
10.5.3.	Penhora de semoventes e de animais de estimação	1268
10.5.4.	Penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial	1269
10.5.5.	Penhora de direitos aquisitivos derivados de alienação fiduciária em garantia	1271

10.5.6.	Penhora anterior à sucessão pela administração pública direta	1272
10.5.7.	Penhora de bem indivisível	1272
10.5.8.	Ferramentas para a efetivação da execução e realização da penhora	1273
10.5.8.1.	Junta comercial	1273
10.5.8.2.	Sistema de busca de ativos do Poder Judiciário (SISBAJUD)	1273
10.5.8.2.1.	Alcance do SISBAJUD	1274
10.5.8.3.	Restrições Judiciais de Veículos Automotores (RENAJUD)	1275
10.5.8.4.	Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB)	1275
10.5.8.5.	Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI)	1276
10.5.8.6.	Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)	1276
10.5.8.7.	Sistema integrado de informações da aviação civil (SINTAC)	1277
10.5.8.8.	Informações ao Judiciário (INFOJUD)	1277
10.5.8.9.	Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS)	1278
10.5.8.10.	Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CENSEC)	1279
10.5.8.11.	Informações de Segurança (INFOSEG)	1279
10.5.8.12.	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)	1280
10.5.8.13.	Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA)	1280
10.5.8.14.	Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (SNIPER)	1281
10.5.9.	Múltiplas penhoras sobre o mesmo bem	1282
10.5.9.1.	Multiplicidade de penhoras na Justiça do Trabalho (credores da mesma categoria)	1282
10.5.9.2.	Multiplicidade de penhoras em justiças diferentes (credores de categorias distintas)	1285
10.5.9.3.	Dos Honorários Advocatícios	1287
10.5.10.	Bens impenhoráveis	1288
10.5.10.1.	Impenhorabilidade da remuneração do executado	1289
10.5.10.1.1.	Verbas não alimentares	1292
10.5.10.2.	Impenhorabilidade do bem de família	1293
10.6.	Defesa na Execução	1295
10.6.1.	Embargos à execução	1295
10.6.1.1.	Natureza Jurídica	1295
10.6.1.2.	Prazo	1296
10.6.1.3.	Garantia do juízo	1296
10.6.1.3.1.	Entidade filantrópica	1297
10.6.1.4.	Competência	1297
10.6.1.5.	Matérias passíveis de alegação (objeto)	1298
10.6.1.6.	Efeito Suspensivo dos Embargos	1300
10.6.1.7.	Procedimento	1300
10.6.2.	Exceção de pré-executividade	1301
10.6.3.	Impugnação à decisão de liquidação	1302
10.6.4.	Embargos de terceiros	1302
10.6.4.1.	Generalidades	1302
10.6.4.2.	Prazo	1303
10.6.4.3.	Competência	1304
10.7.	Prescrição Intercorrente	1305
10.7.1.	Introdução	1305
10.7.2.	Previsão legal	1307
10.7.3.	Prazo	1308

10.7.4.	Procedimento de aplicação da prescrição intercorrente e suspensão da execução	1310
10.7.4.1.	Quando não diz respeito à localização do devedor ou de bens penhoráveis	1310
10.7.4.2.	Quando o devedor não é localizado ou não há bens penhoráveis	1312
10.7.5.	Direito intertemporal	1314
10.8.	Expropriação de Bens	1315
10.8.1.	Adjudicação	1315
10.8.1.1.	Quem pode adjudicar	1318
10.8.2.	Arrematação	1319
10.8.2.1.	Introdução	1319
10.8.2.2.	Legitimidade	1320
10.8.2.3.	Publicidade	1321
10.8.2.4.	Lance	1321
10.8.2.5.	Pagamento	1322
10.8.2.6.	Pagamento parcelado	1323
10.8.2.6.1.	Proposta de pagamento parcelado do bem arrematado pelo interessado	1323
10.8.2.6.2.	Requerimento de pagamento parcelado do débito pelo executado	1325
10.8.3.	Alienação por iniciativa particular	1326
10.8.3.1.	Procedimento	1328
10.8.4.	Meio de impugnação da arrematação	1329
10.8.5.	Esquema da execução	1330
10.9.	Remição da Execução	1330
10.10.	Execução de Prestações Sucessivas	1331
11.	Execução de Obrigação de Fazer e de Não Fazer	1332
11.1.	Título judicial	1332
11.2.	Título Extrajudicial	1335
12.	Execução de Contribuições Previdenciárias	1336
13.	Execução contra a Massa Falida	1343
13.1.	Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica e empresa do grupo econômico na execução contra massa falida	1344
13.2.	Depósito recursal realizado antes da decretação da falência	1345
13.3.	Sucessão Trabalhista	1346
14.	Execução contra Empresa em Recuperação Judicial	1346
14.1.	Suspensão do processo trabalhista	1347
14.1.1.	Créditos constituídos após o processamento da recuperação judicial	1349
14.2.	Depósito recursal realizado antes do deferimento da recuperação judicial	1351
14.3.	Sucessão Trabalhista	1351
15.	Execução contra Empresa em Liquidação Extrajudicial	1352
16.	Reunião de Execuções	1353
16.1.	Plano Especial de Pagamento Trabalhista (PEPT)	1353
16.2.	Regime Especial de Execução Forçada (REEF)	1355
17.	Execução contra a Fazenda Pública	1357
17.1.	Introdução	1357
17.2.	Precatório	1359
17.2.1.	Ordem preferencial	1360
17.2.2.	Preterição e não inclusão no orçamento	1362
17.2.3.	Sequestro Humanitário	1363

17.3. Requisição de Pequeno Valor	1363
17.4. Pagamento separado do exequente e dos honorários advocatícios sucumbenciais	1365
18. Execução Fiscal	1366
19. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	1368
20. Informativos do TST Relacionados ao Tema	1371

CAPÍTULO 27

DISSÍDIO COLETIVO	1403
1. Conceito	1403
2. Classificação	1404
3. Poder Normativo	1404
3.1. Limites	1405
3.1.1. Limite mínimo	1405
3.1.2. Limite máximo	1406
4. Competência	1406
4.1. Dissídio coletivo de greve de servidor público	1407
5. Legitimidade	1408
6. Pressupostos Processuais Específicos	1409
6.1. Negociação Prévia	1409
6.2. Autorização em Assembleia	1409
6.3. Comum Acordo	1410
6.4. Época Própria para Ajuizamento	1411
6.5. Fundamentação das Cláusulas Reivindicadas	1411
6.6. Cumprimento do Estatuto do Sindicato	1412
7. Procedimento	1412
8. Sentença Normativa	1413
8.1. Conceito e Natureza Jurídica	1413
8.2. Início da Vigência	1414
8.3. Prazo de Vigência	1414
8.4. Extensão	1414
9. Coisa Julgada	1416
10. Recursos	1416
10.1. Efeito Suspensivo	1416
11. Dissídio Revisional	1417
12. Dissídio Coletivo na Administração Pública	1417
13. Ação de Cumprimento	1418
13.1. Natureza Jurídica	1418
13.2. Cabimento	1419
13.3. Competência	1419
13.4. Legitimidade	1419
13.5. Momento do Ajuizamento	1419
13.6. Prescrição	1420
13.7. Objeto	1420
13.8. Coisa julgada	1420
14. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	1421
15. Informativos do TST Relacionados ao Tema	1423

CAPÍTULO 28**INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE 1433**

1. Cabimento 1433
2. Prazo para Propositura 1434
3. Procedimento 1434
4. Efeitos da Sentença 1435
5. Informativos do TST relacionados ao tema 1435

CAPÍTULO 29**AÇÃO CIVIL PÚBLICA 1437**

1. Introdução 1437
2. Cabimento 1437
3. Interesses ou Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos 1438
4. Competência 1440
5. Legitimidade 1441
6. Litisconsórcio 1444
7. Objeto 1444
8. Tutelas de Urgência 1446
9. Prescrição 1447
10. Litispendência 1448
11. Instrução 1449
12. Sentença 1450
13. Coisa Julgada 1450
 - 13.1. Interesses ou direitos difusos e coletivos 1451
 - 13.2. Interesses ou direitos individuais homogêneos 1452
 - 13.3. Esquema 1453
 - 13.4. Limites territoriais da coisa julgada 1454
14. Despesas Processuais e Honorários Advocatícios 1456
15. Liquidação e Execução 1456
16. Informativos do TST Relacionados ao Tema 1459

CAPÍTULO 30**PROCESSO ESTRUTURAL 1469**

1. Introdução 1469
2. Características 1470
3. Decisões 1473
4. Intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais (Tema 698 do STF) 1474
5. Decisões do Tribunal Superior do Trabalho sobre processo estrutural 1477
6. Projeto de lei do processo estrutural 1479

CAPÍTULO 31**PROCESSO SOB PERSPECTIVA DE GÊNERO 1483**

1. Introdução 1483
2. Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero 1483
 - 2.1. Conceitos 1484

3. Protocolo para Atuação e Julgamento com Perspectiva Antidiscriminatória, Interseccional e Inclusiva	1486
4. Identificação dos casos com perspectiva antidiscriminatória, interseccional e inclusiva	1488
5. Aplicação do protocolo nos atos processuais	1490
5.1. Petição inicial	1490
5.2. Contestação	1492
5.3. Instrução processual	1493
5.4. Sentenças e decisões	1494

CAPÍTULO 32

AÇÃO RESCISÓRIA	1499
1. Introdução	1499
2. Competência	1499
3. Legitimidade	1502
3.1. Ação rescisória em face do sindicato	1503
4. Pressuposto da ação Rescisória	1504
4.1. Trânsito em julgado	1505
4.2. Decisão de mérito ou decisão que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda ou a admissibilidade do recurso correspondente	1506
5. Prazo para Ajuizamento	1508
5.1. Recurso parcial	1511
5.2. Acordo homologado judicialmente	1512
6. Hipóteses de cabimento	1512
6.1. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	1514
6.2. Impedimento do juiz ou incompetência absoluta do juízo	1515
6.3. Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei	1515
6.4. Ofensa à coisa julgada	1517
6.5. Violação manifesta de norma jurídica	1519
6.6. Prova falsa	1522
6.7. Obtenção de prova nova	1522
6.8. Erro de fato	1523
7. Juízo Rescindendo e Juízo Rescisório	1525
8. Valor da causa	1525
9. Depósito prévio	1526
10. Procedimento	1526
11. Honorários Advocatícios	1528
12. Recurso	1529
13. Ação Rescisória de Ação Rescisória	1529
14. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	1530
15. Informativos do TST Relacionados ao Tema	1542

CAPÍTULO 33

MANDADO DE SEGURANÇA	1565
1. Conceito	1565
2. Legitimidade	1565
2.1. Legitimidade ativa	1565
2.2. Legitimidade passiva	1566

3. Competência	1567
4. Modalidades	1567
5. Cabimento	1568
6. Ato Ilegal ou Abuso de Poder	1569
7. Direito Líquido e Certo	1569
8. Prazo para Impetração	1571
9. Petição Inicial	1572
10. Despacho da Petição Inicial	1573
11. Informações da Autoridade Coatora	1574
12. Parecer do Ministério Público	1574
13. Defesa oral	1574
14. <i>Jus postulandi</i>	1574
15. Honorários Advocatícios	1574
16. Recurso	1575
17. Reexame Necessário	1575
18. Mandado de Segurança Coletivo	1576
19. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	1577
20. Informativos do TST Relacionados ao Tema	1581

CAPÍTULO 34

AÇÃO ANULATÓRIA 1601

1. Conceito	1601
2. Anulação de sentença meramente homologatória	1602
2.1. Decisão homologatória de adjudicação ou arrematação	1603
2.2. Decisão homologatória de cálculo	1604
2.3. Competência	1605
3. Ação anulatória de cláusulas convencionais	1605
3.1. Legitimidade Ativa	1606
3.2. Legitimidade passiva	1606
3.3. Objeto	1607
3.4. Competência	1608
4. Informativos do TST Relacionados ao tema	1608

CAPÍTULO 35

CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO 1611

1. Cabimento	1611
2. Objeto	1611
3. Competência	1611
4. Legitimidade	1612
5. Prazo para realização do depósito	1612
6. Procedimento	1614

CAPÍTULO 36

AÇÃO MONITÓRIA 1617

1. Conceito	1617
2. Aplicação ao processo do trabalho	1617
3. Procedimento	1618

CAPÍTULO 37

INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL	1621
1. Introdução	1621
2. Sistema de Peticionamento Eletrônico	1623
3. Processo Judicial Eletrônico	1624
3.1. Introdução	1624
3.2. Assinatura Digital	1625
3.3. Usuários	1627
3.3.1. Responsabilidade do usuário	1629
3.3.2. Uso inadequado do sistema	1630
3.4. Disponibilidade e Indisponibilidade do Sistema	1630
3.5. Recebimento de Arquivos	1632
3.6. Documentos	1633
3.6.1. Prazo de preservação dos originais dos documentos digitalizados	1634
3.7. Consulta	1634
3.7.1. Segredo de Justiça e do Sigilo	1635
3.8. Atos Processuais	1636
3.8.1. Intimação, citação ou notificação	1636
3.8.2. Prazos processuais	1637
3.8.2.1. Data da intimação e contagem dos prazos processuais	1638
3.8.2.2. Suspensão	1638
3.8.3. Juntada de petições	1639
3.8.3.1. Petição inicial	1639
3.8.3.2. Resposta do réu	1640
3.8.4. Audiência	1641
3.8.5. Carta precatória	1642
3.8.6. Autos suplementares no segundo grau	1642
3.9. Administração do Sistema	1642
3.9.1. Comitê gestor nacional do PJe (CGNPJe) instalado na Justiça do Trabalho	1643
3.9.1.1. Coordenação Nacional Executiva do PJe (CNEPJe)	1644
3.9.2. Comitês gestores regionais (CGRPJe)	1644
3.9.3. Administrador do sistema	1646
3.9.4. Equipe de teste	1647
4. Informativos do TST Relacionados ao Tema	1648
BIBLIOGRAFIA	1649
ÍNDICE REMISSIVO	1655